

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.499 - SP (2018/0314342-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **MARCIO MESSIAS DOS SANTOS**
RECORRENTE : **DURVAL JOSE ROSANTE**
RECORRENTE : **FERNANDO SILVA NUNES TEIXEIRA**
RECORRENTE : **RENATO GUIDETTI**
RECORRENTE : **HELENA WHITE DE ASSIS BASTOS**
RECORRENTE : **MARCELO DE PAIVA AZEVEDO**
RECORRENTE : **ROBSON LUIZ FILIPOVITCH LOPES MOLINA**
RECORRENTE : **MARCO AURELIO DE AZEVEDO VIEIRA**
RECORRENTE : **JOSE NILTON LEAO**
RECORRENTE : **CARLOS ALBERTO FIORITO**
ADVOGADOS : **WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720**
: **WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006**
RECORRIDO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
RECORRIDO : **SÃO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**
PROCURADOR : **LUIZ FERNANDO SALVADO DA RESSUREICAO E OUTRO(S)**
: **SP083480**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA NO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Márcio Messias dos Santos e outros contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nesses termos ementado (e-STJ fl. 161):

POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta- parte sobre os vencimentos integrais. Período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Não cabe impor prévia liquidação somente para efeito do valor da causa ou da competência do Juizado Especial. Indeferimento da petição inicial afastado, com julgamento da causa nos termos do artigo 1013, § 3º, do Código de Processo Civil atual. Prova exclusivamente documental e defesa de mérito deduzida com a resposta ao recurso de apelação. Falta do trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo que não constitui óbice à demanda pelo período anterior ao seu ajuizamento. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, devendo o remanescente ser computado pela metade, após o trânsito em julgado no mandado de segurança. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de

segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria e pensão. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993. Precedentes. Recomposição das correspondentes diferenças desde cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. Recurso provido para, afastando o indeferimento da petição inicial, julgar procedente a demanda.

Os embargos de declaração apresentados na origem foram acolhidos por acórdão nestes termos sintetizado (e-STJ fl. 190):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Diferenças de quinquênios e sexta-parte de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo. Incompreensível, por aparente falta de pertinência temática, a invocação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal (E inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência da sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia). A incidência dos juros de mora pressupõe prévia constituição do devedor em mora, fora da hipótese do “dies interpellat pro homine”, e como os efeitos pecuniários do mandado de segurança coletivo são restritos ao período posterior ao ajuizamento, em relação ao período anterior, não abrangido pelo mandado de segurança coletivo, a constituição do devedor em mora se deu somente com a sua citação para esse período anterior, não abrangido pelo mandado de segurança coletivo. Sem aplicação a Lei 11960/2009 para correção monetária, nos termos do acórdão. Reaberta a análise da demanda pelos embargos de declaração, verifica-se omissão quanto à questão da legitimidade passiva, apreciável de ofício, de modo que cabe extinguir o processo sem resolução do mérito em face da São Paulo Previdência, cuja antecessora não tinha atribuição à época para pagamento de vencimentos e aposentadorias, apenas pensões, fixando-se honorários advocatícios a seu favor em dois mil reais, observado o benefício da gratuidade. Para tais considerações, são acolhidos os embargos, com efeito modificativo.

Nas razões do especial, a recorrente sustenta, além da divergência jurisprudencial, que visam ao recebimento de valores pretéritos à impetração do mandado de segurança coletivo. Aduz, com base no art. 219 do CPC/1973 e nos arts. 202 e 405, ambos do CC/2002, a reforma do acórdão *a quo* porque o termo inicial dos juros moratórios ocorreu quando houve a notificação do mandado de segurança.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão

exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão merece acolhida.

A jurisprudência do STJ já declarou que o termo inicial dos juros moratórios das diferenças salariais requeridas em ação de cobrança contra a Fazenda Pública é o momento da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança coletivo que reconheceu o direito dos servidores. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARCELAS PRETÉRITAS. AÇÃO DE COBRANÇA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA.

1. O termo inicial dos juros de mora, na ação de cobrança de parcelas pretéritas à impetração do mandado de segurança, é a data da notificação da autoridade coatora no writ. Precedentes.

2. Recurso especial a que se dá provimento.

(REsp 1778798/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 21/02/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DO WRIT. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS.

1. Bem da verdade, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/02/2014). Sendo assim, bem ou mal, certo ou errado, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente.

2. Por fim, acerca do momento da citação válida, sem razão ao recorrente, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça declarou o termo inicial dos juros de mora, consequentes de ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no writ. Ademais, asseverou que a impetração do mandamus interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária de cobrança.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.711.432/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 14/8/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

